



NAÇÕES UNIDAS
CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

CES

Distr.: Limitada
E/ECA-SA/ICSOE.XXIX/2023/4
Novembro de 2023

COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA
GABINETE SUB-REGIONAL PARA A ÁFRICA AUSTRAL

**Vigésima nona Reunião do Comité Intergovernamental
de Altos Funcionários e Peritos para a África Austral**

8 - 9 de novembro de 2023
Gaborone, Botsuana

Relatório sobre o Trabalho do CEA na África Austral

Resumo

O presente relatório constitui um instrumento através do qual os Estados-Membros, através do ICSOE, avaliam a relevância do trabalho do SRO-SA do CEA e fornecem orientações para o futuro trabalho do CEA na sub-região. A este respeito, o relatório destaca as principais atividades programadas realizadas pela ECA na África Austral e os resultados alcançados desde a última sessão do ICSOE, realizada em outubro de 2022, até à data. Também descreve os desafios encontrados e as lições aprendidas na implementação do programa de trabalho para o período em análise. O relatório apresenta igualmente o programa de trabalho para 2024.

O Comité é convidado a analisar e aprovar o relatório.

1. Introdução

1.1 Contexto e autoridade legislative

1. A Comissão Económica para a África (CEA), uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, tem por mandato fomentar o desenvolvimento económico e social dos seus Estados membros, promover a integração regional e fazer avançar a cooperação internacional para o desenvolvimento de África. Na sua dupla função de braço regional das Nações Unidas e de componente fundamental do panorama institucional africano, o CEA está mandatado para operar tanto a nível regional como sub-regional, a fim de aproveitar os recursos e de os fazer incidir sobre as prioridades de África. A Comissão tem cinco gabinetes sub-regionais (SRO) que servem as cinco regiões do continente, nomeadamente a África do Norte, Ocidental, Central, Oriental e Austral.
2. O Gabinete Sub-Regional para a África Austral (SRO-SA) abrange onze Estados membros, nomeadamente Angola, Botswana, Eswatini, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué. Tal como acontece com os outros Escritórios Sub-Regionais, o SRO-SA deriva a sua direção e orientação programática de, e reporta ao Comité Intergovernamental de Altos Funcionários e Peritos (ICSOE), constituído pela Resolução da Comissão 826 de 1977 e Resolução da Assembleia Geral 40/243, como uma plataforma principal para o envolvimento estratégico com os Estados Membros e outras partes interessadas em questões políticas e programáticas de prioridade para a sub-região. As recomendações e decisões de cada ICSOE são depois transmitidas à Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, do Planeamento e do Desenvolvimento Económico (CdM), que, por sua vez, apresenta relatórios ao Conselho Económico e Social e, em seguida, à Assembleia Geral das Nações Unidas.

1.2 Mandato e Orientação Estratégica

3. Em conformidade com a orientação estratégica do CEA, a SRO-SA foi designada como um centro de excelência para a promoção da industrialização inclusiva destinada a fomentar o crescimento económico sustentável e a reduzir a pobreza e a desigualdade na sub-região da África Austral através de: (i) reforçar a capacidade dos Estados membros, Comunidades Económicas Regionais (CERs) e Organizações Intergovernamentais (OIGs) para promover e desenvolver políticas de industrialização inclusiva, planos nacionais e regionais e quadros institucionais que estejam alinhados com os objectivos da Agenda 2063 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) incorporados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; e (ii) reforçar a capacidade dos Estados membros e das CERs para conceber e implementar iniciativas destinadas a promover o desenvolvimento económico e social inclusivo informado pelas prioridades de desenvolvimento sub-regional.
4. Para alcançar o objetivo desta orientação estratégica, cada entidade do CEA, incluindo as suas ORS, segue um ciclo de programação anual que se baseia em questões de desenvolvimento actuais e emergentes e assenta em agendas de desenvolvimento internacionais, regionais e sub-regionais para preparar um programa de trabalho anual. Isto implica investigação política; serviços de aconselhamento e prestação de apoio técnico aos Estados Membros, CERs, IGOs, sociedade civil e sector privado em torno de áreas temáticas chave, incluindo industrialização, integração regional e comércio, desenvolvimento do sector privado e desenvolvimento social. Usando o seu poder de convocação, a SRO-SA promove a análise política, o diálogo político e a criação de consenso na abordagem dos desafios de desenvolvimento na África Austral.

1.3 Objectivos do Relatório

5. O relatório destaca as principais atividades do programa realizadas pelo CEA até à data, desde a última sessão do ICSOE realizada em outubro de 2022 em formato híbrido, sob a orientação da sua Mesa, presidida pelo Governo de Moçambique. Destaca igualmente os resultados alcançados, os desafios encontrados e os ensinamentos retirados até à data da execução destas actividades. O relatório também fornece um resumo das principais iniciativas programadas para implementação em 2024. Serve como um instrumento através do qual os Estados Membros, através do ICSOE, avaliam a relevância do trabalho do SRO-SA e fornecem orientações para o futuro trabalho da CEA na África Austral.

2. Destaques das principais actividades realizadas

6. Em primeiro lugar, o relatório apresenta os destaques da última sessão do ICSOE, que teve lugar em outubro de 2022. Em seguida, são apresentados detalhes das principais intervenções implementadas e os resultados alcançados nas principais áreas temáticas de enfoque do SRO-SA: *industrialização inclusiva; integração regional e comércio; desenvolvimento do sector privado/PME; e planeamento e governação do desenvolvimento.*

2.1 Serviço de reuniões intergovernamentais obrigatórias

(a) (a) Sessão da 28ª Reunião Anual do Comité Intergovernamental de Altos Funcionários e Peritos para a África Austral

7. A vigésima oitava sessão do Comité Intergovernamental de Altos Funcionários e Peritos (ICSOE) para a África Austral, acolhida pelo Governo de Moçambique, foi realizada em formato híbrido nos dias 26 e 27 de outubro de 2022 em Maputo, sob o tema "*Tornar a industrialização mais verde na África Austral através da digitalização, do desenvolvimento de infra-estruturas e da integração regional: alavancar a implementação da ZCLCA*". Participaram na sessão do ICSOE delegados dos seguintes Estados Membros da África Austral: Angola, Botswana, Eswatini, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué. Entre os delegados, encontravam-se representantes dos ministérios e agências responsáveis pelas finanças, economia e planeamento; indústria, comércio e trocas comerciais; promoção do investimento; pequenas e médias empresas e cooperativas; e ambiente e recursos naturais. Outros participantes na sessão incluíam representantes de instituições académicas e de investigação, do sector privado e de organizações de cúpula do sector privado, do Escritório Regional da UA-África Austral, das CERs (COMESA e SADC), dos Conselhos Empresariais das CERs, dos meios de comunicação social, de organizações da sociedade civil, de organizações não governamentais, de parceiros de desenvolvimento e de entidades das Nações Unidas, incluindo a ONUDI, a CNUCED e os Gabinetes de Coordenação de Residentes das Nações Unidas.

8. O discurso oficial de abertura da sessão do ICSOE foi proferido pelo Ministro da Indústria e Comércio de Moçambique, Silvino Augusto José Moreno. O Secretário Executivo em exercício do CEA, António Pedro (vídeo gravado), e a Directora do Gabinete Sub-Regional para a África Austral do CEA, Eunice Kamwendo, fizeram observações de boas-vindas. Além disso, foram feitas declarações pelo Diretor dos Assuntos Económicos, Ministério das Finanças e do Desenvolvimento Económico do Malawi e Presidente da Mesa da vigésima sétima sessão do ICSOE para a África Austral, Rhino Mchenga; e pelo Representante Permanente do Gabinete Regional da UA para a África Austral, David Claude Pierre.

9. O Comité analisou três relatórios estatutários apresentados pelo secretariado sobre Condições económicas e sociais na África Austral em 2022 e perspectivas para 2023; Trabalho do CEA na África Austral; e Progresso na implementação de agendas regionais e internacionais e outras iniciativas especiais na África Austral, com foco nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável relevantes para a industrialização verde. O Comité também discutiu as conclusões do estudo temático sobre "*Tornar a industrialização mais verde na África Austral através da digitalização, do desenvolvimento de infra-estruturas e da integração regional: alavancar a implementação da ZCLCA*" e analisou e aprovou as recomendações da reunião do grupo de peritos ad hoc realizada em 24 de outubro de 2022 sobre o relatório temático.

10. O Comité aprovou o relatório sobre o desempenho do programa do Escritório Sub-regional para a África Austral para 2022 e o programa de trabalho proposto para 2023.

11. O Comité exortou os Estados Membros, com o apoio dos parceiros, a desenvolver políticas nacionais de industrialização verde que estejam alinhadas com os quadros regionais para apoiar a implementação de iniciativas verdes; criar uma plataforma para o sector privado, através de PPP e outros mecanismos, para investir em infra-estruturas de transporte e energia para promover a industrialização e o comércio verdes; acelerar a implementação de programas acordados regionalmente para desenvolver sistemas de transporte e infra-estruturas de energia, incluindo os do Plano Diretor de Infra-estruturas da SADC e do PIDA; desenvolver políticas harmonizadas sobre a eliminação de resíduos electrónicos e. g. de tecnologias redundantes; formular estratégias para uma agricultura à prova de clima para reforçar a resiliência, sustentar a produtividade, combater a insegurança alimentar e a desigualdade e gerar empregos sustentáveis; e acelerar a integração regional, incluindo a implementação da ZCLCA através do desenvolvimento e implementação de estratégias e planos de ação nacionais relacionados.

2.2 Promover a industrialização inclusive

(a) Apoiar o alinhamento e a harmonização das políticas industriais nacionais

12. A SRO-SA prestou apoio técnico ao Malawi, Zâmbia e Zimbabué na revisão da sua política industrial nacional, com o objetivo de assegurar o alinhamento com os quadros de política industrial regional, a Política de Industrialização da COMESA (2015-2030) e a Estratégia de Industrialização da SADC (2015-2063).

13. A este respeito, a SRO-SA prestou apoio técnico ao Governo do Zimbabué para desenvolver uma nova *Política Nacional de Desenvolvimento Industrial* (NIDP 2024-2030), após uma revisão da implementação da atual NIDP do país (2019-2023). A NIDP recentemente formulada está alinhada com o ODS 9, que visa construir infra-estruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação, e cumprir a Agenda 2063 da UA. O Gabinete assegurou ainda que o novo PIDN está alinhado com a Política de Industrialização da COMESA, a Estratégia de Industrialização da SADC, a Visão 2030 do país e a sua Estratégia de Desenvolvimento Nacional durante o processo de revisão. O PIDN revisto, que foi desenvolvido através de um processo de consulta alargada das partes interessadas, procura melhorar a capacidade do Governo para aumentar o crescimento do sector da indústria transformadora em 2% por ano, produzir bens e serviços de qualidade, aumentar os investimentos no sector da indústria

transformadora e aumentar as exportações de produtos manufacturados em 10% por ano. Além disso, tem por objetivo capacitar os cidadãos, criar emprego e reforçar a redução da pobreza durante o período 2024-2030. O novo PNDR foi validado num seminário convocado em Harare pelo Ministério da Indústria e do Comércio, com o apoio técnico do CEA, em 26 de setembro de 2023, com vista à sua aprovação pelo Governo.

14. Além disso, o Governo do Malawi, com o apoio do CEA, finalizou a formulação de uma nova *Política Industrial Nacional* (PIN) após a revisão da PIN original. A PIN revista constitui um quadro melhorado das capacidades do Governo para liderar e orientar o desenvolvimento industrial no país, e está bem alinhada com os quadros sub-regionais de industrialização, a Política de Industrialização da COMESA e a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC, para além dos próprios planos de desenvolvimento a longo prazo do país, como a Agenda Malawi 2063 e o seu Primeiro Plano de Implementação (MIP1), e a Estratégia Nacional de Exportação II. Na sua conceção, foi concebido para transformar o Malawi num país com um sector transformador orientado para a exportação, integrado a nível regional e mundial; um sector transformador diversificado, inovador e resistente; um sector transformador inclusivo que gere oportunidades de emprego de qualidade; e um sector transformador ambientalmente sustentável que explore as oportunidades da industrialização verde. O PIN revisto foi validado por peritos e partes interessadas nacionais, incluindo intervenientes do sector privado, em 10 de maio de 2023, em Lilongwe, no Malawi.

15. Entretanto, o processo de revisão da política industrial nacional para a Zâmbia está atualmente em curso e espera-se que o projeto de política seja preparado e subsequentemente validado pelas partes interessadas e peritos no final de 2023 ou no início de 2024. Além disso, o processo de revisão da política industrial nacional do Lesoto teve início em outubro de 2023 e decorrerá até ao segundo trimestre de 2024. O apoio do CEA a estes processos inclui uma análise da implementação do documento de política anterior, o desenvolvimento de uma política sucessora e recomendações para reforçar a capacidade nacional de implementar a política e mobilizar recursos para a implementação e acompanhar os progressos.

16. Além disso, a SRO-SA publicou um resumo de política sobre *Políticas e Estratégias de Industrialização da COMESA e da SADC: Acelerar a Implementação através da Adaptação Local*. O resumo de políticas, publicado em 2023, contém as recomendações de um estudo realizado pela CEA intitulado *Acelerar a implementação das políticas e estratégias de industrialização do COMESA e da SADC através da adaptação local*, e fornece os elementos de um modelo de adaptação local proposto para consideração dos Estados membros regionais. O objetivo do estudo era investigar até que ponto os Estados da África Austral adaptaram as disposições das políticas de industrialização da SADC e da COMESA para criar condições para um sector industrial moderno, competitivo e robusto que esteja totalmente integrado na economia africana e global. O resumo da política tem como objetivo reforçar a base de conhecimento relacionada com a adaptação local das políticas industriais através da harmonização e alinhamento em apoio ao desenvolvimento da cadeia de valor regional.

(b) Promoção de políticas e quadros de conteúdo local

17. Com a assistência técnica do CEA, o Governo do Zimbabué desenvolveu os seus *Limiares de Conteúdo Local para os Subsectores dos Produtos Farmacêuticos*, dos fertilizantes e das embalagens, cujo relatório foi validado pelas partes interessadas numa reunião realizada em Harare em 24 de fevereiro de 2023. Esta é uma das principais estratégias de apoio à industrialização e ao crescimento e desenvolvimento

industrial, em conformidade com a Política Nacional de Desenvolvimento Industrial do país. Os limiares de conteúdo local aumentam a capacidade das partes interessadas nacionais, especialmente os intervenientes do sector privado, para explorar o potencial económico inerente em vários sectores, impulsionando assim o investimento, a beneficiação, o acréscimo de valor e o desenvolvimento das cadeias de valor em conformidade com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento do país (2021-2025), o plano de desenvolvimento nacional. Ao enfatizar a aquisição de insumos e produtos locais ao longo das cadeias de valor dos produtos de base com base em métricas especificadas, os limiares de conteúdo local apoiam o desenvolvimento industrial e a intensificação das ligações. Os três subsectores foram seleccionados como os principais alvos devido à sua potencial contribuição para o bem-estar de um espectro mais vasto de cidadãos. O Governo do Zimbabué lançou o relatório sobre os *Limiares de Conteúdo Local para os Sectores dos Fertilizantes, das Embalagens e dos Produtos Farmacêuticos*, em 26 de setembro de 2023, durante o seminário de validação da nova política nacional de desenvolvimento industrial.

18. Além disso, o CEA e o Governo do Reino do Lesoto, em colaboração com o Sistema das Nações Unidas no país, realizaram um *Diálogo político regional* de dois dias sobre o *Aproveitamento das Políticas e Quadros de Conteúdo Local para Acelerar o Crescimento e a Sustentabilidade das MPME na África Austral*. O diálogo político regional, realizado de 17 a 18 de outubro de 2023, em Maseru, reuniu peritos de 9 dos 11 Estados membros da SRO-SA de ministérios, departamentos e agências governamentais relevantes sobre indústria e comércio, participantes de parceiros de desenvolvimento, sector privado, organizações da sociedade civil, instituições de investigação/academia e das Nações Unidas. O diálogo constituiu uma oportunidade para os Estados membros partilharem as suas experiências na utilização dos PCL e dos quadros em termos de desafios, oportunidades e melhores práticas. O diálogo interrogou ainda sobre o que foi adotado pelas grandes empresas e o que tem sido difícil de implementar e examinou as boas práticas actuais e emergentes na sub-região e a nível internacional. O diálogo regional também deliberou sobre os principais pontos de entrada para as MPME na implementação de PBC e quadros, requisitos políticos e regulamentares sobre cadeias de valor regionais e requisitos de conteúdo local.

(c) Série de Webinars sobre Industrialização Inclusiva na África Austral

19. A SRO-SA organizou uma Série de Webinars para promover a implementação de políticas regionais e nacionais de industrialização para um desenvolvimento acelerado, inclusivo e sustentável na África Austral. A Série de Webinars foi organizada em quatro temas: (i) Alavancagem de zonas económicas especiais para o desenvolvimento do sector privado e industrialização sustentável (1 de fevereiro de 2023); (ii) Estratégias de enfrentamento da COVID-19 e desenvolvimento económico na era pós-pandémica e reforço da resiliência realizada a 7 de março de 2023 e (iii) Domesticação de quadros regionais sobre industrialização e (iv) Harmonização nacional de estratégias e políticas regionais para apoiar o desenvolvimento industrial na África Austral - com foco no Malawi, Zâmbia e Zimbabué. Os dois últimos webinars foram realizados em conjunto a 29 de março de 2023.

20. Os webinars foram utilizados como plataformas para divulgar as principais recomendações políticas do resumo de políticas, bem como fornecer uma plataforma para os Estados membros e outras partes interessadas discutirem e sintetizarem as orientações políticas sobre o aproveitamento de uma nova geração de zonas SEZ para a industrialização inclusiva na sub-região e as SEZ como uma ferramenta para promover a competitividade e o desenvolvimento do sector privado. Estes eventos online também proporcionaram uma oportunidade para discutir experiências específicas de cada país e as melhores práticas sobre as ZEE e

o desenvolvimento industrial, e sobre o reforço da resistência aos choques, para orientar iniciativas semelhantes.

(d) Desenvolvimento de Parques Industriais Transfronteiriços e Zonas Económicas Especiais

(i) Apoio técnico para a criação do Parque Agroindustrial Comum entre a Zâmbia e o Zimbabué

21. A CEA tem estado a trabalhar em estreita colaboração com a COMESA, no âmbito de uma iniciativa de colaboração plurianual sobre o *Avanço da Agenda de Industrialização na Região da COMESA*. O programa de colaboração conceptualizado tem 7 iniciativas que são programaticamente coerentes com a Política Industrial do COMESA (2015-2030) e com a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC (2015-2063), abrangendo áreas prioritárias como o desenvolvimento de cadeias de valor agrícolas, o investimento em tecnologias verdes, a harmonização da política mineira, as MPME e a beneficiação de minerais. Uma das iniciativas, no âmbito deste programa de colaboração, cuja implementação já está em curso é o apoio técnico para a criação do *Parque Agro-Industrial Comum Zâmbia-Zimbabué* (CAIP).

22. Até à data, os principais marcos e resultados alcançados, no sentido da iniciativa CAIP, incluem: a assinatura de um Acordo de Cooperação entre os Governos da Zâmbia e do Zimbabué em 18 de março de 2021, como um quadro de cooperação industrial entre os dois países; a realização do Estudo de Pré-Viabilidade sobre a criação do CAIP, cujo relatório foi validado numa reunião de peritos em 31 de maio de 2021, e durante a qual os dois Estados membros reafirmaram o seu empenho na iniciativa CAIP, em conformidade com o Acordo de Cooperação. Foram discutidas e consideradas recomendações, incluindo as modalidades de funcionamento do CAIP, a sua forma e estrutura, e identificadas as cadeias de valor agrícola a serem visadas (algodão, soja, pecuária e laticínios, milho, horticultura); envolvimento e sensibilização contínuos das partes interessadas nos dois países, com especial destaque para os decisores políticos, o sector privado (incluindo as MPME), os financiadores e outros parceiros de desenvolvimento, tais como a ONUDI, o BAD e o Afreximbank; e preparação do quadro político, legal, regulamentar e institucional para o CAIP, que foi validado por peritos e partes interessadas em agosto de 2022, para finalização por um grupo de trabalho técnico constituído pelos dois Estados membros. Em novembro de 2022, a ONUDI organizou uma visita de estudo aos parques de desenvolvimento industrial da Etiópia para as partes interessadas da Zâmbia e do Zimbabué, parte do processo de sensibilização e aprendizagem de lições relevantes para o estabelecimento e gestão do CAIP, por exemplo, no que diz respeito às modalidades e benefícios potenciais. A fase seguinte consiste na realização de um estudo de viabilidade pormenorizado sobre o CAIP, após a mobilização dos recursos necessários. O estudo de viabilidade detalhado, cujos termos de referência foram desenvolvidos, irá, entre outros, construir casos de negócios para as cadeias de valor agrícola identificadas. Além disso, a SRO-SA participou em reuniões sobre mobilização de recursos, por exemplo, fazendo uma apresentação sobre o roteiro e as actividades planeadas do projeto CAIP no Fórum de Investimento Agrícola organizado pela FAO a 10 de maio de 2023 em Harare, Zimbabué.

23. Em 2023, o CEA publicou um resumo de política sobre as *Zonas Económicas Especiais como instrumento para promover o desenvolvimento do sector privado e a industrialização inclusiva na África Austral*. A nota informativa destaca as principais conclusões de um estudo realizado anteriormente pelo CEA, intitulado *Aproveitamento do Potencial das Zonas Económicas Especiais para o Desenvolvimento do*

Sector Privado e a Industrialização Inclusiva na África Austral. O resumo da política fornece uma visão geral sobre as zonas económicas especiais na África Austral, discute os potenciais benefícios das zonas para o crescimento e industrialização do sector privado e apresenta considerações e recomendações políticas para os governos da África Austral, com vista a estabelecer zonas económicas especiais eficazes que possam apoiar a transformação e o desenvolvimento económico.

(ii) Apoio à RD Congo e à Zâmbia na Cadeia de Valor das Baterias Eléctricas

24. O CEA, em colaboração com o Afreximbank e outros parceiros e instituições de investigação, presta apoio técnico aos Governos da RD Congo e da Zâmbia na iniciativa de desenvolvimento da cadeia de valor das baterias eléctricas, desde novembro de 2021, altura em que o Presidente Félix Antoine Tshisekedi Tshilombo acolheu o *Fórum Empresarial RD Congo-Zâmbia*, em Kinshasa, que contou com a presença do Presidente Hakainde Hichilema da Zâmbia. Os principais marcos alcançados até à data incluem os seguintes: Um Centro de Excelência para a Investigação Avançada em Baterias foi lançado em 22 de abril de 2022 em Lubumbashi. O Centro colabora com a Universidade de Lubumbashi, a Universidade da Zâmbia, a Universidade Copperbelt e outras instituições de formação nos dois países e irá ancorar a inovação, a investigação e o reforço das capacidades destinadas a desenvolver os conhecimentos e as competências necessários; Em 29 de abril de 2022, em Lusaca, os dois governos assinaram um Acordo de Cooperação histórico para facilitar o desenvolvimento da cadeia de valor das baterias eléctricas, no âmbito da transição global para as energias limpas. O Acordo de Cooperação, assinado pelo Presidente Hichilema e pelo Presidente Tshisekedi, proporciona um quadro para a cooperação bilateral no âmbito da iniciativa, bem como para o reforço da colaboração entre a Zâmbia e a RD Congo.

25. No seguimento desta iniciativa, uma área de 300 hectares, dentro da zona industrial da cidade de Ndola, no lado zambiano, foi identificada como o local potencial para a Zona Económica Especial (ZEE) para o Projeto Precursor de Baterias Eléctricas (na Zâmbia), na sequência de uma missão no terreno e de uma visita ao local realizadas conjuntamente pelo Governo da Zâmbia e pelo CEA em maio de 2023. O local já dispõe de uma subestação eléctrica, já está em funcionamento um terminal ferroviário perto do parque e existe acesso à água. A missão no terreno sensibilizou para o projeto as partes interessadas locais que, após consultas, se mostraram optimistas quanto ao potencial contributo da ZEE para o aumento das actividades económicas e a criação de emprego.

26. Além disso, o CEA e o Governo da Zâmbia convocaram uma *Reunião Consultiva sobre a ZEE para a cadeia de valor das baterias eléctricas*, em Lusaca, de 4 a 5 de outubro de 2023, subordinada ao tema "Necessidades e mecanismos de financiamento da ZEE para veículos eléctricos a bateria na Zâmbia". Proporcionou uma plataforma para os altos funcionários do governo local, intervenientes do sector privado, incluindo instituições financeiras, investidores institucionais, parceiros de desenvolvimento, instituições académicas e de investigação para discutir e identificar as oportunidades para a sua participação ativa em nós específicos da cadeia de valor da bateria eléctrica. A identificação de várias oportunidades de conteúdo local aprofundaria a pegada nacional da cadeia de valor na Zâmbia e asseguraria o desenvolvimento e o reforço das ligações à medida que a cadeia de valor das baterias eléctricas evolui. No mesmo fórum, as partes interessadas foram informadas de que o estudo de pré-viabilidade sobre a criação e o funcionamento da ZEE transfronteiriça de baterias para veículos eléctricos entre a RD Congo e a Zâmbia, que foi lançado em Lusaca, em maio de 2023, será concluído até ao final de 2023.

27. O CEA e o Afreximbank co-organizaram um evento paralelo/diálogo político sobre a *Construção de uma Cadeia de Valor Regional de Minerais de Bateria em África*, durante o Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável realizado em Niamey, Níger, em 26 de fevereiro de 2023. O diálogo facilitou a construção de um consenso sobre o desenvolvimento de recursos de energia limpa em África, com base na iniciativa ao abrigo da qual o CEA, o Afreximbank e um consórcio de parceiros estão a apoiar os governos da República Democrática do Congo e da Zâmbia no desenvolvimento da cadeia de valor dos minerais de baterias eléctricas nos dois países. O evento constituiu uma plataforma para apresentar a um público mais vasto do Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável as especificidades da iniciativa relativa às baterias eléctricas, os seus objectivos, os resultados alcançados até à data e os desafios encontrados. O diálogo reuniu os contributos e as vozes dos participantes no fórum regional, incluindo os seus comentários, conselhos e novas perspectivas, com o objetivo de reforçar a iniciativa das baterias eléctricas no contexto da transição ecológica global e das oportunidades que esta apresenta para a transformação económica do continente.

2.3 Promover a Integração Regional e o Comércio

(a) Apoio aos Estados membros no processo de implementação da ZCLCA

28. A CEA continuou a prestar apoio técnico aos Estados Membros nos processos de ratificação e implementação do Acordo da ZCLCA, particularmente no desenvolvimento de estratégias nacionais de implementação da ZCLCA e na sensibilização do sector privado e da sociedade civil para a ZCLCA. Isto foi feito com o financiamento da União Europeia. Por exemplo, a SRO-SA e o Centro Africano de Política Comercial (ATPC) prestaram apoio técnico ao Governo de Moçambique na elaboração de (i) um estudo de avaliação das implicações da ZCLCA em Moçambique que integrou os resultados de modelação da CEA e (ii) a Estratégia Nacional da ZCLCA de Moçambique e o seu Plano de Ação. Em dezembro de 2022, foi organizado um Workshop das Partes Interessadas em Maputo, sob a égide do Ministério da Indústria e Comércio (MIC), a fim de deliberar sobre os estudos e obter feedback de uma vasta gama de partes interessadas do sector público e privado. Posteriormente, foi realizada uma Reunião Consultiva das Partes Interessadas Nacionais e um Workshop de Sensibilização sobre a Estratégia Nacional da ZCLCA, de 23 a 24 de março de 2023, em Maputo. A Reunião Consultiva apresentou e discutiu as principais conclusões e recomendações políticas da Estratégia Nacional da ZCLCA revista e do Plano de Ação, e obteve feedback e contributos de um vasto leque de partes interessadas em Moçambique, com vista a informar a sua finalização antes da sua apresentação ao Conselho de Ministros para validação. Para além disso, o Workshop de Sensibilização informou as partes interessadas sobre os recentes desenvolvimentos nas negociações e processos de operacionalização da ZCLCA, incluindo os Protocolos que a acompanham, e as suas implicações para Moçambique e para as partes interessadas relevantes, tais como empresas (incluindo as MPMEs), mulheres e jovens. O workshop foi facilitado por peritos da CEA, instituições regionais como o TRALAC e o Secretariado da SADC e representantes de instituições nacionais como o Instituto para a Promoção das PMEs (IPEME) e a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA).

29. A Maurícia é um país participante na iniciativa-piloto "AfCFTA Guided Trade Initiative" do Secretariado da ZCLCA, cujo objetivo é desencadear um comércio comercialmente significativo no

âmbito do Acordo. Com o apoio técnico da CEA (SRO-SA e ATPC) e o financiamento da UE, as Maurícias desenvolveram a sua Estratégia Nacional e Plano de Ação da ZCLCA, que foi validada em março de 2022. De 9 a 10 de novembro de 2022, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Integração Regional e do Comércio Internacional da Maurícia organizou, com o apoio do CEA e da UE, um workshop de dois dias sobre os temas "*Oportunidades e desafios para a Maurícia no âmbito da ZCLCA*" (primeiro dia) e "*Mulheres, jovens e PME*" (segundo dia). A Estratégia Nacional da ZCLCA foi lançada no workshop de 9 de novembro de 2022 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Integração Regional e do Comércio Internacional, na presença de altos representantes da UE e do Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas. O estudo conjunto CEA-PNUD "*A ZCLCA e as implicações de mercado para a economia das Maurícias após a Covid-19: A case study on manufacturing*" foi lançado em 10 de novembro de 2022 pelo Ministro do Desenvolvimento Industrial, PME e Cooperativas e pelo Ministro da Igualdade de Género, Desenvolvimento Infantil e Bem-Estar Familiar. O workshop foi também apoiado por peritos do Secretariado da SADC.

30. Além disso, o CEA prestou assistência técnica ao Governo de Eswatini na formulação da sua Estratégia Nacional de Implementação da ZCLCA. A estratégia nacional foi validada num workshop nacional das partes interessadas que teve lugar de 2 a 4 de maio de 2023 em Ezulwini, no Essuatíni. Antes do workshop, foi feita uma série de apresentações de sensibilização aos Ministros do Governo e aos Parlamentares. Estas sessões promoveram uma compreensão abrangente da estratégia e do respetivo plano de implementação. Através destas reuniões de sensibilização, o envolvimento foi significativamente aumentado, e a consciência dos objectivos da estratégia e da abordagem de execução foi efetivamente aumentada.

31. Isto leva a sete dos onze Estados Membros servidos pela SRO-SA, que desenvolveram e reviram ou validaram as suas estratégias nacionais de implementação da ZCLCA até outubro de 2023, nomeadamente Eswatini, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue (o Zimbábue está a considerar atualizar a sua estratégia para reforçar as áreas das alterações climáticas e tecnologia e inovação). Entretanto, o Governo do Botswana está a elaborar a sua Estratégia Nacional de Implementação da ZCLCA, que será posteriormente revista e validada até ao segundo trimestre de 2024. Além disso, o CEA está atualmente a apoiar o Governo de Angola no desenvolvimento da sua Estratégia Nacional da ZCLCA. Com o financiamento da DANIDA, o CEA está atualmente a apoiar o Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbábue no desenvolvimento de estudos nacionais e de um estudo regional para identificar as oportunidades regionais da cadeia de valor verde no âmbito da ZCLCA, com destaque para as duas cadeias de valor seguintes: algodão e têxteis e madeira e papel.

(b) Apoio aos Estados-Membros na formulação de Políticas Comerciais Nacionais

32. Com a assistência técnica do CEA, o Governo da Namíbia formulou com êxito a sua Política Comercial Nacional, enquadrada no âmbito dos quadros políticos de desenvolvimento a longo prazo do país, tais como a Visão Nacional 2030 e a Política Industrial Nacional, com o objetivo de impulsionar o comércio de bens e serviços, especialmente as exportações de produtos manufacturados diversificados e de elevado valor acrescentado. A formulação do Comércio Nacional incorpora elementos-chave e compromissos da Estratégia e do *Roteiro de Industrialização da SADC* (2015-2063) e é também sustentada

pelos compromissos de integração regional do país, tal como defendidos, entre outros, no Acordo da SACU; no Protocolo da SADC sobre o Comércio; na Zona de Comércio Livre Tripartida entre a EAC, a COMESA e a SADC; e na ZCLCA. O CEA, em estreita colaboração com o UNCT/RCO, prestou apoio técnico e serviços de aconselhamento no terreno, acompanhando o governo em reuniões técnicas, fornecendo contributos substanciais para projectos de documentos, apoiando o consultor e participando em reuniões consultivas das partes interessadas nacionais e no workshop, convocado em 27 de março de 2023, que analisou e validou a *Política Comercial Nacional*.

(c) Reforço das capacidades dos Estados-Membros em matéria de estatísticas do comércio

(i) Apoio a Moçambique no Reforço das Capacidades em matéria de Estatísticas do Comércio

33. Em resposta ao pedido feito pelo Governo de Moçambique, através do seu Ministério da Indústria e Comércio, para desenvolver um sistema integrado de gestão de dados sobre Estatísticas do Comércio Externo no contexto da ZCLCA, a SRO-SA organizou e realizou um workshop de formação de 28 de novembro de 2022 a 5 de dezembro de 2022 sobre Estatísticas do Comércio de Serviços. O objetivo do workshop era formar os participantes sobre o conceito de comércio de serviços e sobre as melhores práticas comuns internacionais em matéria de estatísticas do comércio de serviços. Através desta assistência técnica, foi criada, pela primeira vez, uma base de dados formal de estatísticas do comércio de mercadorias baseada no software Eurotrace para Moçambique. Seguiu-se um segundo workshop, realizado de 22 de maio a 2 de junho de 2023 em Maputo, com o objetivo de melhorar as competências dos funcionários públicos na utilização do *Manual de Estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias* (IMTS 2010) e do software Eurotrace. A formação constituiu um passo importante para continuar a apoiar o estabelecimento e a atualização regular de uma base de dados formal de estatísticas do comércio de mercadorias e a harmonização dos dados sobre estatísticas do comércio produzidos por diferentes instituições no país. Para o efeito, funcionários do Ministério da Indústria e do Comércio, do Banco Central, do Instituto Nacional de Estatística e funcionários das Alfândegas receberam formação sobre a metodologia internacionalmente reconhecida do IMTS 2010 e do *Eurotrace*, uma ferramenta utilizada na compilação, análise e manutenção de estatísticas formais do comércio de mercadorias. Além disso, foi redigido um memorando de entendimento para promover a colaboração interinstitucional entre as partes interessadas na área das estatísticas do comércio formal, que foi partilhado com as autoridades para análise e eventual adoção. Além disso, a base de dados Eurotrace para Moçambique foi actualizada e foram produzidas tabelas de estatísticas comerciais. Os quadros podem ser utilizados em relatórios comerciais ou noutras análises que requeiram dados comerciais. Está prevista a realização de um terceiro seminário sobre estatísticas do comércio de serviços e comércio transfronteiriço informal antes do final do ano em Moçambique, uma vez que este país planeia realizar um inquérito sobre o comércio transfronteiriço informal até 2024.

(ii) Contas Satélites do Turismo para o Governo da Namíbia

34. O CEA tem vindo a prestar apoio ao reforço de capacidades ao Governo da Namíbia, no desenvolvimento das Contas Satélites do Turismo (TSA), com o objetivo de melhorar as estatísticas do turismo do país para apoiar a conceção de políticas e o desenvolvimento do setor, desde 2021. Este apoio visa reforçar a capacidade nacional de produzir estatísticas de turismo fiáveis, oportunas e de alta qualidade.

A falta de dados fiáveis para o sector do turismo é uma grande preocupação para a Namíbia, uma vez que afecta o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, contribuindo significativamente para a economia do país e melhorando a qualidade de vida da sua população. O apoio técnico implicou o reforço das capacidades de recolha de dados sistemáticos, exactos e oportunos, e a TSA proporciona um mecanismo de compilação de um conjunto abrangente de estatísticas sobre o turismo fora do quadro convencional da contabilidade nacional. Ao reforçar a capacidade nacional de desenvolvimento e implementação da TSA, o apoio técnico ao governo irá subsequentemente melhorar a formulação de políticas, a tomada de decisões e a afetação de recursos para o desenvolvimento sustentável do turismo na Namíbia. O apoio técnico do CEA ao governo foi prestado através de uma série de workshops de formação para o Comité Diretivo Nacional da TSA, composto por representantes de todos os intervenientes relevantes no sector do turismo do país.

35. Por exemplo, o workshop de reforço de capacidades, realizado de 15 a 19 de maio de 2023 em Windhoek, destinou-se aos membros do Comité Diretivo Nacional da TSA, composto por representantes de instituições-chave, incluindo os ministérios governamentais, o serviço nacional de estatística, o Conselho de Turismo da Namíbia, o sector privado e o meio académico. O workshop aprofundou os conhecimentos e melhorou as competências dos membros do Comité Diretivo Nacional sobre as melhores práticas na compilação das Tabelas Padrão e de Apoio da TSA. Também facilitou a compilação preliminar dos Quadros TSA; e forneceu orientações sobre a redação da documentação de acompanhamento dos Quadros TSA, incluindo fontes de dados, metodologias de compilação e justificações para as decisões tomadas relativamente a pressupostos, lacunas na análise e futuras áreas de desenvolvimento.

36. Foi realizado um retiro estratégico em Swakopmund, de 28 de agosto a 1 de setembro de 2023, para peritos, funcionários do governo e partes interessadas da indústria do sector do turismo, com o objetivo de sintetizar as compilações preliminares dos 10 Quadros TSA resultantes dos workshops de reforço de capacidades realizados no âmbito deste projeto TSA num relatório de orientação política que o governo possa utilizar para tomar decisões informadas sobre o sector. Uma vez finalizado, o relatório TSA fornecerá provas para o reforço dos sistemas de recolha de dados e relatórios sobre o turismo da Namíbia, mas também traçará o caminho para desbloquear o potencial do sector do turismo do país. Prevê-se que este tipo de apoio à criação de capacidades possa ser replicado noutros países da sub-região interessados em reforçar o sector do turismo.

2.4 Apoiar o desenvolvimento e o crescimento do sector das MPME

37. O CEA continuou a apoiar o desenvolvimento e o crescimento do sector das MPME na África Austral, através de uma combinação de intervenções baseadas no conhecimento, de convocação e operacionais destinadas a ajudar as MPME a tirar partido da tecnologia e da inovação para reforçar a sua resistência aos choques e aumentar a sua competitividade, de modo a que as MPME da África Austral possam tornar-se facilitadores mais eficazes dos processos de comércio e industrialização na região. Isto incluiu a produção de um conjunto de 11 relatórios nacionais (para cada estado membro da SROSA) e um relatório regional para avaliar os impactos da Covid-19 e da crise da Ucrânia nas MPMEs com recomendações políticas sobre tecnologia e inovação e comércio regional. Uma conclusão importante dos relatórios diz respeito ao baixo nível de conhecimento e consciencialização do AfCFA entre as MPMEs e outra à subutilização da tecnologia e da inovação nas suas estratégias de recuperação pós-Covid-19. Os relatórios foram baseados em inquéritos realizados entre as MPMEs nos 11 estados membros da SROSA e

reuniram, no total, respostas de mais de 3.000 MPMEs na sub-região. Os relatórios são uma colaboração conjunta com o Conselho Empresarial da SADC e com as seguintes associações empresariais nacionais nos seus respectivos países: -Câmara de Comércio e Indústria de Angola, Business Botswana, Associação de Exportadores e Fabricantes do Botswana, Business Eswatini, Fundação do Sector Privado do Lesoto, Câmara de Comércio e Indústria do Lesoto, Associação da Câmara de Pequenas e Médias Empresas do Malawi, Câmara de Comércio e Indústria das Maurícias, a Associação dos Fabricantes das Maurícias, a Confederação das Associações Empresariais de Moçambique, a Câmara de Comércio e Indústria da Namíbia, a Unidade Empresarial da África Austral, a Câmara de Comércio e Indústria da Zâmbia, a Câmara de Comércio e Indústria do Zimbabué e a Confederação das Indústrias do Zimbabué. As conclusões e recomendações dos relatórios informarão os Estados membros sobre as áreas de ação prioritárias para fazer face aos impactos das polícrises nos seus sectores privados.

38. Outros produtos de conhecimento produzidos e concluídos incluíram um estudo sobre o papel das incubadoras tecnológicas no desenvolvimento das MPME; um relatório sobre a avaliação do estabelecimento de ligações entre as MPME e as empresas multinacionais lideradas pelo Sul; e um estudo sobre a avaliação do papel da tecnologia para fazer face aos constrangimentos das MPME na África Austral para participarem nas cadeias de valor nacionais e regionais (contendo 6 estudos de caso nacionais: Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zâmbia). Outro estudo sobre a Avaliação Diagnóstica do Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (STI) na África Austral, incluindo 6 estudos de caso de países, está atualmente em curso e será finalizado no próximo ano. Estes relatórios foram apresentados e revistos na Reunião Regional sobre Ciência, Tecnologia e Inovação na África Austral, realizada de 21 a 23 de junho de 2023 na Cidade do Cabo, África do Sul, em colaboração com o Conselho Empresarial da SADC. A reunião contou com a participação de altos representantes dos Ministérios e agências responsáveis pelo desenvolvimento das MPME e dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como de representantes de associações empresariais nacionais dos 11 Estados membros da SROSA. Participaram também outros parceiros de desenvolvimento, como o Secretariado da SADC, o Secretariado da COMESA, o Conselho Empresarial da COMESA e a AU-NEPAD, bem como MPMEs da sub-região.

39. A SRO-SA e a equipa de consultores também realizaram missões no terreno nos 6 países do Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zâmbia entre fevereiro e março de 2023 para recolher dados para preparar os estudos. Estas missões no terreno contribuíram significativamente para reforçar o envolvimento e a colaboração com as partes interessadas das MPME e CTI, incluindo MPME, incubadoras tecnológicas, conselhos de desenvolvimento económico, ministérios ou agências governamentais responsáveis pelo desenvolvimento das MPME e os responsáveis pela CTI, e associações empresariais nacionais/câmaras de comércio e indústria em toda a sub-região da África Austral. Os 6 países são beneficiários de um projeto de assistência técnica financiado pela Conta de Desenvolvimento das Nações Unidas, intitulado "*Abordagens inovadoras para a competitividade das MPME a fim de promover o comércio e a industrialização inclusiva na África Austral no contexto pós-Covid*", cujo objetivo é reforçar as capacidades das MPME para aproveitar a tecnologia e a inovação a fim de aumentar a sua resistência aos choques e melhorar a sua competitividade.

40. Além disso, uma Reunião de Brainstorming público-privada de alto nível que precedeu a Reunião Regional e foi convocada em colaboração com o Conselho Empresarial da SADC, forneceu contributos que melhoraram as características e a funcionalidade da *TechniAfrica*, uma plataforma digital de tecnologia e inovação para as MPMEs na África Austral. A plataforma, que foi desenvolvida anteriormente, em

colaboração com o Conselho Empresarial da SADC, está atualmente a ser actualizada, tendo em conta os novos desenvolvimentos no sentido da sua operacionalização e lançamento. Uma vez operacional, a plataforma digital servirá de espaço para os empresários trocarem informações, ideias e experiências sobre o desenvolvimento de novas tecnologias e inovação disponíveis para aumentar a produtividade e a competitividade das MPMEs na África Austral. Desde então, o CEA recebeu vários pedidos de parceria de outros proprietários de plataformas, na sequência da reunião.

41. Na promoção da inovação e do desenvolvimento empresarial pelos jovens, a SRO-SA organizou, em colaboração com a AfriLabs e os organizadores da Quinta Cimeira dos ODSs da Juventude Africana, um concurso de *Prémio de Inovação dos ODSs da Juventude Africana*. O objetivo do concurso era mostrar o potencial de inovação dos jovens empresários africanos. Em particular, o prémio visava reconhecer e recompensar os esforços excepcionais de jovens empreendedores, que desenvolveram com sucesso uma inovação para resolver um problema de desenvolvimento específico para empresas, governos, famílias e comunidades e com um impacto na realização dos ODS. O CEA, em colaboração com os seus parceiros, organizou um evento paralelo na Quinta Cimeira dos ODS da Juventude Africana, a 17 de agosto de 2023, em Lusaca, na Zâmbia. A Cimeira é a maior congregação de jovens do continente sobre desenvolvimento sustentável. O evento serviu para reconhecer e apresentar os seis vencedores do *Prémio de Inovação dos ODS da Juventude Africana* a um público de partes interessadas públicas e privadas em toda a África. Proporcionou aos vencedores, que conceberam um produto ou processo inovador comercialmente viável para resolver ou abordar um problema de desenvolvimento específico para a sociedade, uma plataforma para partilharem as suas experiências e jornadas de inovação com outros jovens africanos para os inspirar a abraçar o empreendedorismo inovador e de elevado crescimento que pode ter impacto nas sociedades africanas e na realização dos ODS. O CEA patrocinará a participação dos vencedores no próximo Festival AfriTech na Cidade do Cabo, em novembro de 2023.

42. Além disso, a SRO-SA prestou apoio técnico ao Reino de Eswatini para o desenvolvimento e implementação de um modelo de financiamento para as MPME. Desde então, o modelo para as MPME foi desenvolvido através de um amplo processo consultivo das partes interessadas, tendo sido aprovado pelo Governo e subsequentemente lançado em 1 de setembro de 2021. Além disso, a SRO-SA apoiou o governo na realização de uma série de workshops de reforço de capacidades para as partes interessadas, principalmente as MPME, como parte da implementação efectiva do modelo de financiamento. O Modelo tem como objetivo abordar os constrangimentos de financiamento que as MPMEs enfrentam, aumentando o crescimento das MPMEs e facilitando a sua integração no processo de industrialização, em linha com a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC (2015-2063). A iniciativa proporcionou experiências e lições que podem ser reproduzidas (e adaptadas) no apoio a outros Estados membros na África Austral. A 5 de julho de 2023, a SRO-SA e o Governo convocaram a reunião de encerramento do projeto, em Mbabane, como uma plataforma na qual foram apresentados alguns dos primeiros resultados e lições da implementação do modelo de financiamento no Essuatíni. A iniciativa proporcionou experiências, lições e melhores práticas que podem ser reproduzidas e adaptadas para apoiar outros Estados membros da África Austral a desenvolver os seus quadros de financiamento das MPME. Para o efeito, foi elaborado e publicado em julho de 2023 um resumo de política sobre a *Promoção da Industrialização Inclusiva e o Desenvolvimento das MPME através de um Modelo de Financiamento Adaptado*, para utilização ou referência por decisores políticos, funcionários governamentais, parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas no desenvolvimento das MPME.

2.5 Planeamento do Desenvolvimento e Governação na África Austral

(a) Apoio à Plataforma das Entidades Nacionais de Planeamento da SADC

43. A SRO-SA apoiou a *Plataforma das Entidades Nacionais de Planeamento* (NPEs) da SADC na convocação de um Seminário virtual, realizado a 18 de maio de 2023, centrado na estruturação e preparação de Planos Nacionais de Desenvolvimento (NDPs) com uma forte ênfase na integração de questões de paz e segurança. O evento serviu para facilitar a troca de conhecimentos entre os membros da Plataforma NPE, incentivando a utilização dos PDNs para promover políticas que fomentem a paz e a estabilidade nos Estados Membros e na África Austral como um todo. Além disso, o Gabinete apoiou a Plataforma de NPEs da SADC na realização da sua segunda conferência anual, que teve lugar em Gaborone, Botswana, a 6 e 7 de julho de 2023. A conferência reuniu funcionários das PNE dos Estados membros da SADC, juntamente com funcionários do Secretariado da SADC, da CEA e de outras partes interessadas. A conferência avaliou os progressos realizados desde o relançamento da Plataforma das NPE da SADC e discutiu os aspectos operacionais da Plataforma, tais como a plataforma em linha, os grupos de trabalho e o plano de trabalho das actividades. A conferência proporcionou uma plataforma para os representantes das NPE partilharem os melhores conhecimentos, as melhores práticas e as lições para melhorar o alinhamento entre o planeamento do desenvolvimento regional e nacional. A conferência também cobriu uma ampla gama de questões substantivas, incluindo o Kit de Ferramentas de Planeamento Integrado e Relatórios para os ODS e a Agenda 2063 (desenvolvido pela CEA), o financiamento de planos nacionais de desenvolvimento, a agenda de integração regional da SADC e a aplicação da previsão para o planeamento do desenvolvimento.

(b) Promover o Investimento de Impacto na Zâmbia e a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade Empresarial para a Implementação dos ODS em África

44. O CEA, em colaboração com a CNUCED e o UNDESA, no âmbito do projeto da Conta de Desenvolvimento das Nações Unidas "*Rumo a Quadros Integrados de Financiamento Nacional*", organizou um workshop de formação sobre Investimento de Impacto na Zâmbia e *Relatórios de Sustentabilidade Empresarial para a Implementação dos ODS em África*, de 23 a 24 de março de 2023, em Lusaca. O workshop foi organizado em parceria com o Ministério das Finanças e Planeamento Nacional (do Governo da Zâmbia) e a Parceria Regional Africana para (ARP) Relatórios de Sustentabilidade e ODS. O workshop aumentou a consciencialização sobre a importância do investimento de impacto e criou capacidades sobre relatórios de sustentabilidade corporativa para mobilizar o envolvimento das entidades do sector privado na Zâmbia e em toda a sub-região no cumprimento dos ODS.

45. Os formandos incluíam funcionários do Governo da Zâmbia, membros da Parceria Regional Africana sobre sustentabilidade e relatórios dos ODS e membros da Plataforma das Entidades Nacionais de Planeamento da SADC, com vista a aprofundar o debate sobre o papel do sector privado na implementação dos ODS, nomeadamente através do investimento de impacto e dos relatórios de sustentabilidade empresarial/ODS. O workshop de formação melhorou o conhecimento e a compreensão do significado, dos desafios e das oportunidades para o investimento de impacto na contribuição para a realização dos ODS na Zâmbia e na região; melhorou o diálogo e o envolvimento do sector público-privado para apoiar a construção do ambiente certo para o investimento de impacto e o desenvolvimento de capacidades para a elaboração de relatórios de sustentabilidade empresarial; reforçou as capacidades das partes interessadas relevantes em toda a região na elaboração de relatórios de sustentabilidade empresarial utilizando a orientação sobre os indicadores principais; melhorou a compreensão das melhores práticas em toda a região no que diz respeito aos relatórios de sustentabilidade das empresas; promoveu o envolvimento da Zâmbia

na Parceria Regional Africana sobre relatórios de sustentabilidade e facilitou a criação de redes regionais entre os membros da ARP; e aumentou a participação do sector privado na prossecução dos ODS através do investimento de impacto e dos relatórios de sustentabilidade das empresas.

46. Antes disso, o CEA e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da Zâmbia organizaram um workshop de sensibilização, de 1 a 2 de dezembro de 2022, subordinado ao tema "*Alavancar o envolvimento do setor privado na implementação do 8.º Plano Nacional de Desenvolvimento e na consecução dos ODS*". O workshop foi organizado em forte parceria com o Ministério das Finanças e do Planeamento Nacional da Zâmbia e a Câmara de Comércio e Indústria da Zâmbia e constituiu um resultado do projeto do Fundo Conjunto dos ODS "*Quadro de Financiamento Integrado da Zâmbia para o Desenvolvimento Sustentável*", no qual o CEA foi parceiro técnico juntamente com outras agências das Nações Unidas. O workshop teve como objetivo discutir os desafios, as oportunidades e as vias para o sector privado (nacional e internacional) apoiar a implementação do 8.º PND e a realização dos ODS na Zâmbia. O workshop visava igualmente partilhar experiências e melhores práticas de outros países em África sobre a forma como o sector privado está a ser alavancado na realização dos ODS e na implementação de planos nacionais de desenvolvimento e as possibilidades de colaboração regional a esse respeito. O workshop contou com a presença de 114 participantes, entre os quais funcionários governamentais de alto e médio nível do Governo da Zâmbia, da Namíbia, do Zimbabué e do Reino de Eswatini, bem como de vários ministérios e agências da Zâmbia, incluindo o Ministério das Finanças e do Planeamento Nacional, o Ministério do Comércio, do Comércio e da Indústria, o Ministério das MPME e a Agência de Desenvolvimento da Zâmbia. Do sector privado, havia bancos comerciais, corretores de seguros, empresas de auditoria, instituições de acompanhamento de políticas, entre outros. A CEA, a CNUCED, o PNUD e o Banco Mundial também fizeram apresentações juntamente com os governos e o sector privado.

2.6 Outras iniciativas de desenvolvimento

(a) Apoio à iniciativa do mercado do carbono do Malawi

47. No que diz respeito ao financiamento das alterações climáticas, o CEA está a ajudar os Estados-Membros do continente, incluindo os da África Austral, a explorar os mercados de carbono para promover investimentos em benefício das comunidades locais, a transição energética e o cumprimento dos compromissos nacionais em matéria de alterações climáticas e desenvolvimento sustentável. Neste contexto, o Governo do Malawi lançou a *Iniciativa para o Mercado de Carbono do Malawi*, apoiada por um roteiro do mercado de carbono para aproveitar o potencial dos seus vastos recursos hídricos e terrestres utilizando o potencial dos mercados de carbono com o apoio da CEA e da *Iniciativa para os Mercados de Carbono de África* (ACMI), reconhecendo o potencial significativo do país para o comércio de carbono. A *Iniciativa para o Mercado de Carbono do Malawi* foi oficialmente inaugurada em 23 de junho de 2023, em Lilongwe, por HE. Lazarus Chakwera, Presidente do Malawi, inaugurou oficialmente a *Iniciativa para o Mercado de Carbono do Malawi*, que será supervisionada pelo Ministro das Finanças e dos Assuntos Económicos e pelo Ministro dos Recursos Naturais e das Alterações Climáticas. Com vastas reservas florestais e parques de conservação que cobrem mais de dois milhões de hectares, o Malawi poderia gerar créditos de carbono equivalentes a cerca de 20 milhões de toneladas métricas de carbono por ano. Isto tem o potencial de gerar um rendimento estimado em 600 milhões de dólares americanos por ano para o país.

(b) Impactos da COVID-19 e Recuperação Pós-Pandemia na África Austral

48. O CEA preparou um documento de síntese sobre os *Impactos da COVID-19, as Estratégias de Resposta e a Recuperação pós-Pandemia na África Austral* (ver webinar no ponto 19). O resumo de políticas, publicado em 2023, apresenta as conclusões e recomendações do estudo do CEA sobre a COVID-19 e o desenvolvimento económico regional: Impacto, estratégias de resposta e recuperação pós-COVID na África Austral; e é apoiado pelas recomendações do Diálogo Político Regional de Lilongwe, realizado em dezembro de 2022. Discute os impactos económicos e sociais da COVID-19 na região da África Austral, destaca as principais lições aprendidas com a pandemia e propõe estratégias de recuperação e reforço da resiliência para a era pós-COVID. As principais mensagens deste documento são as seguintes a pandemia causou perturbações económicas, precipitou a agitação social e aumentou os desafios em matéria de cuidados de saúde na região; as estratégias de sobrevivência, tais como encerramentos temporários, distanciamento social, trabalho à distância e aprendizagem em linha, ajudaram a atenuar a propagação e os impactos da pandemia; o reforço das capacidades do sector farmacêutico é fundamental para a produção de medicamentos e acessórios médicos, a fim de melhorar os tratamentos para a recuperação pós-COVID e enfrentar os desafios de futuras pandemias; e a cooperação e o apoio internacionais são cruciais para enfrentar os desafios colocados pela pandemia na região e para reforçar a resiliência a futuras pandemias ou outros choques.

49. As propostas de políticas para a recuperação sustentável e o reforço da resiliência incluem a necessidade de os governos aumentarem o investimento nos sistemas de saúde, dando prioridade às infra-estruturas de cuidados de saúde, incluindo instalações, equipamento e profissionais de saúde; melhorarem as infra-estruturas digitais para apoiar o trabalho à distância, a educação em linha e a telemedicina; reforçarem as redes de segurança social para apoiar as populações vulneráveis em tempos de crise; promoverem a cooperação internacional para facilitar a partilha de conhecimentos, recursos e melhores práticas em resposta à pandemia; apoiar as economias locais, promovendo o desenvolvimento de cadeias de valor, MPMEs e outras indústrias locais para mitigar os impactos da pandemia nas comunidades locais; acelerar a integração regional para facilitar o comércio, o investimento e a circulação de pessoas e bens, o que pode ajudar a criar resistência a futuras pandemias; e dar prioridade à segurança alimentar, apoiando os pequenos agricultores, reforçando as cadeias de abastecimento alimentar e promovendo práticas agrícolas sustentáveis para mitigar os impactos da pandemia na segurança alimentar.

(c) Apoio ao Governo da Maurícia para desenvolver um Portal sobre Tecnologias de Energias Renováveis

50. Através do projeto do Fundo Conjunto dos ODS "*Contribuir para a criação de um ambiente propício à promoção de uma economia verde e azul sustentável na Maurícia e nas Seicheles*", o CEA, em colaboração com o PNUD, está a apoiar a Agência das Energias Renováveis da Maurícia (MARENA) na criação de um portal de informações comerciais sobre as tecnologias das energias renováveis na Maurícia. O objetivo do portal é, entre outros, facilitar o acesso dos investidores a dados sobre as energias renováveis na Maurícia. O Governo da Maurícia estabeleceu um objetivo muito ambicioso de atingir 60% da produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis (ER) até 2030. O desenvolvimento do portal e o seu acesso aos investidores contribuirão em parte para o objetivo de promover os investimentos no sector das ER na Maurícia.

(d) Apoio ao Trabalho das Equipas de Países das Nações Unidas nos Estados-Membros

51. O CEA, enquanto parte das equipas de países da ONU em todos os Estados-Membros, continua a prestar apoio no âmbito do sistema das Nações Unidas e de outros parceiros de desenvolvimento, a fim de fazer progredir as agendas de desenvolvimento dos países, tal como articuladas nos planos nacionais de desenvolvimento. O apoio assegura que os conhecimentos técnicos do CEA estejam disponíveis para a execução de programas relevantes nos Estados-Membros, nomeadamente através dos quadros de cooperação com os Estados-Membros. Por exemplo, o SRO-SA colaborou com o PNUD e a UNRCO no Lesoto na preparação de um relatório sobre "Rising to the challenge: *socioeconomic development opportunities in Lesotho*, que serviu de base à Análise Comum do País e ao desenvolvimento do Quadro de Cooperação para o país. Além disso, o SRO-SA, trabalhando em estreita colaboração com os UNRCOs e outras entidades da ONU na Zâmbia, contribuiu substancialmente para a elaboração do Relatório de Revisão Nacional Voluntária de 2023 do país, que foi apresentado no *Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável*, realizado em julho de 2023, em Nova Iorque.

3. Desafios e lições

52. A disponibilidade limitada de dados estatísticos oficiais também continua a ser um desafio que afecta a realização do trabalho analítico e de investigação, especialmente sobre questões emergentes prioritárias para os Estados-Membros e a sub-região. Além disso, a garantia de uma representação e participação de alto nível continua a ser um desafio, especialmente em reuniões estatutárias como o ICSOE, de funcionários superiores que possam tomar decisões e garantir que as recomendações feitas sejam levadas ao nível nacional para implementação. Outro desafio é o atraso nas respostas dos Estados-Membros e de outros parceiros, que afectou a prestação atempada de apoio ou a implementação de iniciativas. Além disso, a diminuição dos recursos financeiros com que o sistema das Nações Unidas se confronta continua a ter um impacto negativo na prestação de apoio aos Estados membros.

53. As principais lições aprendidas foram que as parcerias sólidas com as CER, as OIG e os parceiros de desenvolvimento a nível sub-regional e nacional são fundamentais para garantir a relevância das intervenções implementadas e do apoio prestado; o trabalho em estreita colaboração com outras entidades das Nações Unidas a nível sub-regional e nacional é fundamental para facilitar a criação de sinergias e tirar partido dos conhecimentos especializados disponíveis e dos recursos financeiros cada vez mais escassos para obter o máximo impacto das iniciativas de desenvolvimento; o envolvimento dos Estados membros desde o início dos processos do programa é fundamental para ancorar o apoio; e que o atual alinhamento e convergência das prioridades dos Estados membros, das CER e das prioridades do CEA constitui uma oportunidade para conceber e prestar um apoio que seja relevante e útil para a sub-região e para os Estados membros servidos.

4. Destaques do Programa de Trabalho para 2024

54. A SRO-SA foi designada como o Centro de Excelência da CEA para a Industrialização Inclusiva, cujo objetivo a longo prazo é *aprofundar a integração regional e reforçar as capacidades para alcançar a industrialização inclusiva para a redução da pobreza e da desigualdade na África Austral*. A este respeito, o Programa de Trabalho proposto pelo CEA para a África Austral em 2024, centrar-se-á principalmente no reforço das capacidades dos Estados Membros, das CER e das OIG para formular e implementar políticas, estratégias e programas destinados a aprofundar a integração

regional e acelerar a industrialização e o comércio inclusivos (através da ZCLCA e das ZCL das CER) e apoiar iniciativas sobre o desenvolvimento do sector privado/das MPME para a redução da pobreza e da desigualdade. Isto será feito através de estudos analíticos sobre políticas, convocação de diálogos sobre políticas e fóruns de criação de consenso, prestação de serviços de consultoria e apoio técnico aos Estados Membros, CERs e OIGs, ao mesmo tempo que se aproveitam as parcerias a nível regional e nacional. O quadro 1 apresenta as principais iniciativas e resultados programados para 2024:

Quadro 1: Resumo dos principais resultados para 2024

OBJECTIVO: Aprofundar a integração regional e reforçar as capacidades para alcançar uma industrialização inclusiva com vista à redução da pobreza e da desigualdade na África Austral	
Categoria	Principais iniciativas/resultados programados
(a) Serviço de reuniões intergovernamentais obrigatórias	<p>1. <i>Sessão do ICSOE para a África Austral</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Relatório sobre as principais condições económicas e sociais na África Austral e perspectivas - Relatório sobre o trabalho do CEA na África Austral - Relatório de progresso: agendas regionais e internacionais e iniciativas especiais na África Austral
(b) Estudos de política analítica e reuniões de grupos de peritos ad hoc	<p>2. <i>Estudos políticos e reuniões de grupos de peritos ad hoc</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Industrialização na África Austral - Integração regional na África Austral - Pobreza e desigualdade na África Austral
(c) Produção e transferência de conhecimentos	<p>3. <i>Programa de bolsas de estudo para jovens economistas africanos</i> 4. <i>Operacionalização da Base de Dados de Industrialização Inclusiva que informa documentos e resumos de questões para transferência de conhecimentos e sensibilização.</i></p>
(d) Seminários e ateliers	<p>4. <i>Ateliers e fóruns</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação em industrialização inclusiva e integração regional - Workshop sobre desenvolvimento económico e social na África Austral
(e) Apoio técnico e serviços de consultoria	<p>5. <i>Serviços de aconselhamento aos Estados membros e às CER e Cooperação Técnica</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento e apoio à implementação de estratégias nacionais da ZCLCA - COMESA: iniciativa de colaboração sobre o avanço da agenda de industrialização na região COMESA (incluindo o Parque Agroindustrial Zâmbia-Zimbabué) - Projeto precursor de baterias eléctricas (RD Congo e Zâmbia) - Desenvolvimento de políticas e quadros de conteúdo local - Desenvolvimento do sector privado/PME - Outros, a pedido dos Estados membros, das CER e das OIG
(f) Diálogo político e criação de consensos	<p>6. <i>Diálogo político e criação de consensos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Resumo da política sobre industrialização e transformação económica na África Austral - Diálogo político sobre o desenvolvimento económico na África Austral
(g) Projectos da Conta de Desenvolvimento da ONU (AD)	<p>9. <i>Projeto da 13.ª Tranche da DA (2020-2024): Abordagens inovadoras para a competitividade das MPME para promover o comércio e a industrialização inclusiva na África Austral</i></p>

55. O Comité é convidado a analisar e aprovar o presente relatório.